



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ANADIA
POR UMA CIDADE CADA VEZ MELHOR

**CONTROLADORIA
INTERNA MUNICIPAL**

Relatório Conclusivo do Controle Interno 2025



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL**

Avenida Moreira Lima, nº 13, centro
Anadia / Alagoas - CEP 57 660-000



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	4
2. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	5
2.1. RECEITAS E DESPESAS.....	5
2.2. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	5
2.3. COMPARATIVO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA)	6
2.4. CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS	6
2.5. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E BALANÇO PATRIMONIAL	6
2.6. DÍVIDA FUNDADA.....	6
2.7. DÍVIDA FLUTUANTE	7
3. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7
4. COMUNICAÇÃO E EVENTOS	8
5. TRIBUTAÇÃO	8
6. FINANÇAS	8
7. CONTABILIDADE	8
8. GESTÃO DE PESSOAL	8
8.1. REPASSE DO DUODÉCIMO AO PODER LEGISLATIVO	9
9. PATRIMÔNIO	9
10. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9
11. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	10
12. EDUCAÇÃO	10
12.1. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE	11
12.1.1. <i>Valores para fins de limite constitucional (MDE)</i>	11
12.1.2. <i>Gastos com Profissionais da Educação Básica:</i>	12
12.1.3. <i>Gastos do VAAT com Educação Infantil:</i>	12
12.1.4. <i>Gastos do VAAT com Despesa de Capital:</i>	12
13. SAÚDE PÚBLICA	12
13.1. DESPESAS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	14
14. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)	14



15. CONVÊNIOS.....	14
16. ASSISTÊNCIA SOCIAL	15
17. PARECER FINAL	16
17.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	17
17.2. CONCLUSÃO	17



1. APRESENTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Anadia/AL está sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, bem como ao controle externo a cargo do Poder Legislativo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE/AL), em estrito cumprimento ao que dispõem os artigos 70 e 74 da Constituição Federal; os artigos 75 a 80 da Lei nº 4.320/64; e o art. 59 da Lei Complementar nº 101/00 (LRF). Sob esta égide, a Controladoria Geral do Município passa a apresentar o Relatório Conclusivo de Controle Interno, parte integrante da Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2025.

Cumpre destacar que a Controladoria Municipal, consolidada na estrutura organizacional do município por meio da **Lei Municipal nº 555/2011**, tem por finalidade planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar o programa de fiscalização da administração direta e indireta. As medidas administrativas adotadas por este Órgão Central objetivam garantir o cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública, mitigar riscos de conformidade e prevenir falhas, estimulando a eficiência do gasto público e a transparência.

1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O Município de Anadia operou, no exercício em análise, com uma estrutura administrativa que contempla as seguintes secretarias:

1. Gabinete do Prefeito;
2. Secretaria de Governo;
3. Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
4. Secretaria Municipal de Educação;
5. Secretaria Municipal de Saúde;
6. Secretaria Municipal de Assistência Social;
7. Secretaria Municipal de Economia e Finanças;
8. Secretaria Municipal de Viação, Serviços Urbanos e Obras Públicas;
9. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;
10. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Turismo, Ciência e Tecnologia;
11. Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio, Serviços e Desenvolvimento Socioeconômico.



As competências institucionais de cada pasta encontram-se dispostas em suas respectivas leis de criação, com estrutura organizacional publicada e acessível através do Portal de Transparência do Município.

2. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O planejamento constitui-se no mais importante mecanismo de gestão pública, indicando os caminhos do desenvolvimento socioeconômico e garantindo a transparência na aplicação dos recursos. A ação governamental em Anadia/AL foi balizada pelos seguintes instrumentos:

- **Lei do Plano Plurianual (PPA):** Programas com metas e indicadores quadrienais;
- **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):** Diretrizes e metas anuais;
- **Lei Orçamentária Anual (LOA):** Previsão de receitas e fixação de despesas para o alcance das metas.

A Controladoria Municipal, no escopo de suas atribuições definidas pela IN nº 003/2011 do TCE/AL, acompanhou ativamente a elaboração e a execução das peças orçamentárias.

2.1. Receitas e Despesas

A **Lei Orçamentária Anual (LOA)** instituída pela Lei Municipal nº 799, de 17 de dezembro de 2024, estimou a receita e fixou a despesa do Município de Anadia para o exercício de 2025 no valor total de **R\$ 89.770.749,79**, distribuída originalmente da seguinte forma:

- Despesa Corrente: **R\$ 79.865.170,98**;
- Despesa Capital: **R\$ 8.997.090,19**;
- Reserva de Contingência: **R\$ 908.488,62**;

2.2. Resultado Orçamentário

Abaixo, apresenta-se o comparativo consolidado da Execução Orçamentária:

Receita Arrecadada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
R\$ 108.929.496,47	R\$ 111.335.084,01	R\$ 105.316.559,56	R\$ 101.708.060,65

No confronto da Receita Arrecadada com a Despesa Empenhada, apurou-se um **DÉFICIT** orçamentário no montante de **R\$ 2.405.587,54**.



2.3. Comparativo Execução Orçamentária (Administração Direta e indireta)

Especificação	Previsão	Arrecadação
Receita Tributária	R\$ 2.396.239,43	R\$ 2.530.690,85
Receita Patrimonial	R\$ 927.781,99	R\$ 1.490.058,14
Transferências Correntes	R\$ 88.402.117,17	R\$ 111.175.938,87
Outras Receitas Correntes	R\$ 0,00	R\$ 33.477,89
Transferência de Capital	R\$ 6.438.770,37	R\$ 3.601.617,67
(-) Dedução da Receitas Correntes	R\$ -8.394.159,17	R\$ -9.902.286,95
TOTAL DA RECEITA	R\$ 89.770.749,79	R\$ 108.929.496,47

Após o confronto global, constata-se que a arrecadação do período **ATINGIU** as expectativas orçamentárias, demonstrando **EQUILÍBRIO** fiscal.

2.4. Créditos Adicionais Suplementares e Especiais

Discriminação	Valor (R\$)
Despesa Fixada	R\$ 89.770.749,79
Suplementação por Superávit Financeiro	R\$ 4.579.992,72
Suplementação por Excesso de Arrecadação	R\$ 19.291.621,59
Despesa Total Autorizada	R\$ 113.642.364,10

2.5. Disponibilidade Financeira e Balanço Patrimonial

A apuração financeira do exercício demonstra que o município encerrou o período com um saldo em espécie (disponibilidade) de **R\$ 15.604.499,98**, frente a um montante de despesas inscritas em **Restos a Pagar** no valor de **R\$ 9.627.023,36** demonstrando um fluxo financeiro positivo. O Balanço Patrimonial consolidado evidencia um Ativo Total de **R\$ 85.394.100,83** e um Passivo Total de **R\$ 55.492.924,33**, demonstrando que no exercício a Prefeitura Municipal de Anadia/AL teve um resultado positivo de **R\$ 29.901.176,50**.

2.6. Dívida Fundada

Conforme definição da LRF 101/2000, a dívida fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Demonstra-se abaixo os valores referentes à Dívida Fundada do Município.



Autorização		Saldo Anterior em Circulação (R\$)	Movimento no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte	
Quantidade	Valor da Emissão (R\$)		Emissão	Resgate	Quantidade	Valor (R\$)
31/12/2025	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO -		0,00	1.351.373,84	0,00	1.351.373,84
31/12/2025	INSS A PAGAR - DÉBITO PARCELADO		21.109.962,93	27.287.518,30	3.671.026,83	44.726.454,40
31/12/2025	PARCELAMENTO FAZENDÁRIO - GFIP		23.230,40	0,00	23.230,40	0,00
31/12/2025	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - R		0,00	53.351,08	0,00	53.351,08
31/12/2025	PASEP - PARCELAMENTO		121.583,66	1.836.760,80	7.046,99	1.851.297,47
31/12/2025	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS		0,00	439.387,08	0,00	439.387,08
TOTAL			21.254.776,99	30.968.391,10	3.701.304,22	48.521.863,87

A Dívida Fundada encerrou o exercício com o saldo de **R\$ 48.521.863,87**, apresentando um aumento de **R\$ 27.267.086,88** em comparação ao exercício anterior.

2.7. Dívida Flutuante

A dívida Flutuante abrange as obrigações de curto prazo (inferior a 12 meses). De acordo com a Lei 4.620/1964 a dívida flutuante compreende os restos a pagar, os depósitos consignados e débitos de tesouraria.

Em 2025 houve redução no saldo da dívida Flutuante no valor de **R\$ 3.360.393,29** conforme detalhamento a seguir:

Dívida Flutuante	Valor (R\$)
Saldo de Exercícios Anteriores	R\$ 10.331.453,75
Inscrição no Exercício	R\$ 122.525.290,37
Pagamento no Exercício	R\$ 125.885.683,66
Cancelamentos no Exercício	R\$ 0,00
Saldo para o Exercício Seguinte	R\$ 6.971.060,46

3. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Durante o exercício financeiro de 2025, foram deflagrados **71** procedimentos de contratação, distribuídos nas seguintes modalidades:

- Pregão Eletrônico: **18**;
- Concorrência Pública: **01**;
- Dispensas: **22**;
- Inexigibilidade: **13**;
- Adesão à Ata de Registro de Preços: **09**;
- Pequenas Despesas / Pronto Pagamento: **03**;
- Credenciamento: **03**;
- Chamada Pública: **01**;



- Emergencial: 01

4. COMUNICAÇÃO E EVENTOS

As despesas relativas à contratação de artistas, infraestrutura e comunicação para os eventos tradicionais, culturais e religiosos do município cumpriram os trâmites estabelecidos na legislação pertinente, observando-se a razoabilidade e o interesse público.

5. TRIBUTAÇÃO

A eficiência na arrecadação própria do município durante o exercício de 2025 é demonstrada a seguir:

Receitas Tributárias Próprias	Valor (R\$)
Impostos	R\$ 2.424.207,15
IPTU + DIVIDA ATIVA	R\$ 47.554,74
IRRF	R\$ 1.816.163,43
ITBI	R\$ 81.036,50
ISSQN	R\$ 479.452,48
Taxas	R\$ 106.483,70
TOTAL DA RECEITA	R\$ 2.530.690,85

6. FINANÇAS

A execução da despesa municipal observou rigorosamente as fases estabelecidas pela Lei nº 4.320/64, assim como com o art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7. CONTABILIDADE

Os registros contábeis do município foram processados mediante o Sistema de Informações Financeiras e Orçamentário Municipal (SIFOM). A Controladoria atesta que a escrituração e a geração dos relatórios obedecem aos preceitos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), às normativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e às regulamentações do TCE/AL, garantindo a fidedignidade dos demonstrativos que compõem este balanço.

8. GESTÃO DE PESSOAL

A despesa total com pessoal do Poder Executivo em 2025 totalizou **R\$ 55.322.582,80**, o que representa **54,32%** da Receita Corrente Líquida (RCL) apurada de **R\$ 101.854.463,80**. Verificou-se que o limite **ULTRAPASSOU** os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



8.1. Repasse do Duodécimo ao Poder Legislativo

O total repassado à Câmara Municipal a título de duodécimo durante o exercício perfaz o montante de **R\$ 3.698.114,04**, em conformidade com o preceito constitucional.

9. PATRIMÔNIO

O inventário dos bens móveis referente ao exercício de 2025 foi devidamente concluído, encontrando-se os bens organizados e segregados por unidade administrativa.

No que se refere ao inventário dos bens imóveis do município, esta Controladoria Municipal já havia expedido recomendação à gestão municipal para a adoção das providências necessárias ao atendimento da referida demanda. Ressalta-se que estão em curso tratativas junto à Procuradoria Municipal para a sua efetivação, considerando entraves junto aos serviços cartoriais para levantamento dos bens correlatos. Após a conclusão dos trabalhos, o processo deverá ser encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para deliberação quanto à forma de desfazimento.

10. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ao longo do exercício, o setor de Tecnologia da Informação desempenhou um papel fundamental no suporte, na manutenção e na salvaguarda da infraestrutura tecnológica do município. As atividades contínuas abrangeram o diagnóstico e a resolução de problemas de hardware e software (incluindo a substituição de componentes defeituosos), o suporte técnico aos usuários, a instalação e atualização de sistemas, bem como a execução de manutenções preventivas, tais como a otimização de desempenho e a limpeza física e lógica para mitigação de vulnerabilidades (remoção de vírus e malwares).

Visando à evolução da governança de TI e ao estrito atendimento às boas práticas de controle externo, encontra-se em tramitação, sob a supervisão e orientação desta Controladoria Interna, a formatação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Este instrumento é vital para promover o alinhamento estratégico da área com os objetivos da gestão municipal. O PDTI em elaboração contemplará diretrizes fundamentais para a Administração, incluindo o plano de investimentos, o planejamento adequado das contratações tecnológicas, a aquisição racional de equipamentos, a capacitação contínua de pessoal, a segurança da informação e a gestão de riscos, garantindo assim maior eficiência e transparência aos serviços públicos prestados.



11. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

O Controle Interno atuou ativamente na fiscalização procedimental das contratações de engenharia, mediante emissão de pareceres e acompanhamento da regularidade fiscal e técnica das contratadas. No exercício de 2025, **NÃO FORAM** identificadas obras paralisadas no município.

12. EDUCAÇÃO

A presente análise tem por objetivo abordar, de forma sintética e técnica, os aspectos mais relevantes da execução orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial do Fundo Municipal de Educação do Município de Anadia/AL, com base nos Demonstrativos Contábeis relativos ao exercício financeiro de 2025.

Ao longo deste documento, buscou-se apresentar as informações de maneira estruturada e objetiva, permitindo uma visão quanto à conformidade dos atos de gestão e ao desempenho da unidade gestora, evidenciando os resultados alcançados no desenvolvimento das ações educacionais.

No que se refere ao planejamento governamental, observa-se que a execução das ações esteve fundamentada nos instrumentos legais vigentes – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) –, demonstrando alinhamento entre o planejamento e a execução das políticas públicas de educação.

Sob o aspecto orçamentário, verifica-se que a receita realizada totalizou **R\$ 41.915.720,73**, superando a previsão inicial de **R\$ 26.648.917,47**, evidenciando incremento significativo no ingresso de recursos, especialmente por meio de transferências intergovernamentais vinculadas à educação. A despesa apresentou dotação atualizada de **R\$ 45.148.332,21**, sendo empenhados **R\$ 44.825.548,23**, liquidados **R\$ 42.079.573,76** e pagos **R\$ 41.546.979,11**, demonstrando elevado nível de execução orçamentária e predominância de despesas correntes, sobretudo com pessoal e custeio das atividades educacionais.

No âmbito financeiro, o Fundo registrou ingressos totais de **R\$ 58.882.818,81**, compostos por receita orçamentária de **R\$ 41.915.720,73**, transferências financeiras recebidas de **R\$ 4.819.843,28**, recebimentos extraorçamentários de **R\$ 8.475.516,59** e saldo do exercício anterior de **R\$ 3.671.738,21**. Quanto aos dispêndios, foram executadas despesas orçamentárias de **R\$ 44.825.548,23**, pagamentos extraorçamentários de **R\$ 6.479.859,99** e transferências financeiras concedidas de **R\$ 27.939,29**, resultando em saldo financeiro final de **R\$ 7.549.471,30**.



Sob a ótica patrimonial, o ativo totalizou **R\$ 24.684.947,50**, sendo **R\$ 7.549.471,30** no ativo circulante e **R\$ 17.135.476,20** no ativo não circulante. O passivo circulante apresentou saldo de **R\$ 710.677,63**, sem registro de passivo não circulante, enquanto o patrimônio líquido atingiu **R\$ 23.974.269,87**, evidenciando crescimento expressivo em relação ao exercício anterior.

A Demonstração das Variações Patrimoniais registrou variações aumentativas de **R\$ 48.850.151,23** e variações diminutivas de **R\$ 40.436.276,53**, resultando em superávit patrimonial de **R\$ 8.413.874,70**, refletindo principalmente o volume de transferências recebidas e a execução das despesas necessárias à manutenção e desenvolvimento do ensino.

No que se refere à dívida fluante, o saldo ao final do exercício foi de **R\$ 710.677,63**, composto predominantemente por obrigações com fornecedores (**R\$ 534.514,00**) e valores restituíveis (**R\$ 175.032,98**), além de valores residuais com pessoal, demonstrando compatibilidade com a estrutura financeira do Fundo.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidenciou fluxo líquido operacional positivo de **R\$ 5.923.541,61**, fluxo de investimento negativo de **R\$ 2.082.899,19** e fluxo de financiamento positivo de **R\$ 37.090,67**, resultando em geração líquida de caixa de **R\$ 3.877.733,09**. O saldo de caixa evoluiu de **R\$ 3.671.738,21** no início do exercício para **R\$ 7.549.471,30** ao final do período.

12.1. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE

A análise do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) – Anexo 8, pertinente ao 6º bimestre de 2025, revela que o Município de Anadia/AL cumpriu satisfatoriamente a legislação vigente. O total de recursos aplicados em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) atingiu o percentual de **25,06%**, superando o limite mínimo de **25%** estabelecido no Art. 212 da Constituição Federal.

12.1.1. Valores para fins de limite constitucional (MDE)

BASE DE CÁLCULO (R\$)	MÍNIMO A SER APLICADO (R\$)	APLICADO (R\$)
R\$ 56.438.476,48	R\$ 14.134.619,12	R\$ 14.134.619,12

Em conformidade com o Art. 212-A da Constituição Federal (redação dada pela EC nº 108/2020), atestou-se também que a destinação de recursos para a remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício alcançou a marca de **75,39%**, cumprindo com folga o limite mínimo exigido de **70%**.



12.1.2. Gastos com Profissionais da Educação Básica:

TOTAL DA DESPESA (R\$)	DESPESA COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (R\$)	OUTRAS DESPESAS (R\$)
R\$ 36.622.043,43	R\$ 28.744.825,94	R\$ 7.877.217,49

Por fim, analisou-se a destinação dos recursos da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT). O Fundo Municipal de Educação aplicou **70,69%** desses recursos na Educação Infantil (frente à exigência mínima de 50%) e **28,09%** em Despesas de Capital (frente à exigência mínima de 15%), cumprindo estritamente as normativas de vinculação.

12.1.3. Gastos do VAAT com Educação Infantil:

VALOR RECEBIDO (R\$)	VALOR EXIGIDO (R\$)	VALOR APLICADO (R\$)
R\$ 11.435.405,63	R\$ 5.761.157,36	R\$ 8.083.152,85

12.1.4. Gastos do VAAT com Despesa de Capital:

VALOR RECEBIDO (R\$)	VALOR EXIGIDO (R\$)	VALOR APLICADO (R\$)
R\$ 11.435.405,63	R\$ 1.715.310,84	R\$ 3.212.648,2

Dessa forma, a análise dos demonstrativos contábeis evidencia que a execução do exercício de 2025 foi caracterizada por significativa ampliação da receita, elevado nível de execução da despesa, predominância de gastos correntes, fortalecimento da posição patrimonial, geração positiva de caixa e atendimento dos limites constitucionais e legais da educação, demonstrando compatibilidade entre os recursos geridos, as obrigações assumidas e a continuidade das ações educacionais no Município de Anadia/AL.

13. SAÚDE PÚBLICA

A presente análise tem por objetivo abordar, de forma sintética e técnica, os aspectos mais relevantes da execução orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial do Fundo Municipal de Saúde do Município de Anadia/AL, com base nos Demonstrativos Contábeis relativos ao exercício financeiro de 2025.

Ao longo deste documento, buscou-se apresentar as informações de maneira estruturada e objetiva, permitindo uma visão quanto à conformidade dos atos de gestão e ao desempenho da unidade



gestora, evidenciando os resultados alcançados no desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde.

No que se refere ao planejamento governamental, observa-se que a execução das ações esteve fundamentada nos instrumentos legais vigentes, especialmente o PPA 2022-2025, a LDO 2025 e a LOA 2025, demonstrando alinhamento entre o planejamento e a execução da política pública de saúde.

Sob o aspecto orçamentário, verifica-se que a receita realizada totalizou **R\$ 17.554.587,46**, superando a previsão inicial de **R\$ 11.505.735,49**, com destaque para as transferências correntes, no montante aproximado de **R\$ 14,28 milhões**, e transferências de capital de **R\$ 2,88 milhões**. A despesa apresentou dotação atualizada de **R\$ 27.163.746,57**, sendo empenhados **R\$ 25.981.127,75**, liquidados **R\$ 23.733.740,00** e pagos **R\$ 22.771.981,23**, evidenciando elevado nível de execução orçamentária e predominância de despesas correntes, especialmente com pessoal, encargos e custeio dos serviços de saúde.

No âmbito financeiro, o Fundo registrou ingressos totais de **R\$ 34.694.956,29**, compostos por receita orçamentária de **R\$ 17.554.587,46**, transferências financeiras recebidas de **R\$ 8.443.930,47**, recebimentos extraorçamentários de **R\$ 6.498.975,09** e saldo do exercício anterior de **R\$ 2.197.463,27**. Quanto aos dispêndios, foram executadas despesas orçamentárias de **R\$ 25.981.127,75**, pagamentos extraorçamentários de **R\$ 2.497.406,35** e transferências financeiras concedidas de **R\$ 1.758,54**, resultando em saldo financeiro final de **R\$ 6.214.663,65**.

Sob a ótica patrimonial, o ativo totalizou **R\$ 11.847.898,85**, sendo **R\$ 6.214.663,65** no ativo circulante e **R\$ 5.633.235,20** no ativo não circulante. O passivo circulante apresentou saldo de **R\$ 3.469.175,94**, sem registro de passivo não circulante, enquanto o patrimônio líquido atingiu **R\$ 8.378.722,91**, demonstrando evolução positiva em relação ao exercício anterior.

A Demonstração das Variações Patrimoniais registrou variações aumentativas de **R\$ 31.673.869,71** e variações diminutivas de **R\$ 24.338.418,62**, resultando em superávit patrimonial de **R\$ 7.335.451,09**. Esse resultado reflete, principalmente, o volume de transferências recebidas, os ganhos decorrentes da desincorporação de passivos e a execução das despesas necessárias à manutenção dos serviços públicos de saúde.

No que se refere à dívida fluante, o saldo ao final do exercício foi de **R\$ 3.469.175,94**, composto por obrigações com pessoal a pagar de **R\$ 487.860,51**, fornecedores e contas a pagar de **R\$ 124.601,85**, valores restituíveis de **R\$ 2.315.957,28** e outras obrigações de curto prazo de **R\$ 19.752,28**, compatíveis com a dinâmica de execução administrativa e financeira do Fundo.



A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidenciou fluxo líquido operacional positivo de **R\$ 1.714.079,80**, fluxo de investimento negativo de **R\$ 614.781,99** e fluxo de financiamento positivo de **R\$ 2.889.624,00**, resultando em geração líquida positiva de caixa de **R\$ 3.988.921,81**. Assim, o saldo de caixa passou de **R\$ 2.197.463,27** no início do exercício para **R\$ 6.214.663,65** ao final do período.

13.1. Despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde

A análise do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) – Anexo 12 (LC 141/2012, Art. 35), pertinente ao 6º Bimestre de 2025, revela que os gastos totais do Município de Anadia/AL com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) alcançaram o patamar de **15,78%** dos recursos próprios de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais.

Os valores e o percentual efetivamente demonstrados nas métricas constitucionais aplicadas em saúde encontram-se detalhados na tabela a seguir, reafirmando o atendimento aos limites legais:

BASE DE CÁLCULO (R\$)	MÍNIMO A SER APLICADO (R\$)	APLICADO (R\$)
R\$ 51.918.639,46	R\$ 7.787.795,91	R\$ 8.196.109,81

Dessa forma, a análise dos demonstrativos contábeis evidencia que a execução do exercício de 2025 foi marcada por ampliação da receita arrecadada, elevada execução da despesa, predominância de gastos correntes, evolução positiva do patrimônio líquido, geração positiva de caixa e cumprimento do limite constitucional mínimo em saúde, demonstrando compatibilidade entre os recursos geridos, as obrigações assumidas e a continuidade das ações e serviços públicos de saúde no Município de Anadia/AL.

14. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

O município de Anadia/AL não possui Regime Próprio de Previdência Social, estando os servidores estatutários/celetistas vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

15. CONVÊNIOS

Durante o exercício de 2025, a municipalidade formalizou e geriu **04** instrumentos de repasse (Convênios e Contratos de Repasse) oriundos de esferas federal e estadual, cujo controle de execução e prestação de contas é monitorado sistematicamente pela Gerência Municipal de Convênios em parceria com o Controle Interno.



16. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A presente análise tem por objetivo abordar, de forma sintética e técnica, os aspectos mais relevantes da execução orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Anadia/AL, com base nos Demonstrativos Contábeis relativos ao exercício financeiro de 2025.

Ao longo deste documento, buscou-se apresentar as informações de maneira estruturada e objetiva, permitindo uma visão quanto à conformidade dos atos de gestão e ao desempenho da unidade gestora, evidenciando os resultados alcançados no desenvolvimento das ações e programas da política pública de assistência social.

No que se refere ao planejamento governamental, observa-se que a execução das ações esteve fundamentada nos instrumentos legais vigentes – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) – demonstrando alinhamento entre o planejamento e a execução das políticas públicas.

Sob o aspecto orçamentário, verifica-se que a receita arrecadada totalizou **R\$ 759.985,15**, frente a uma previsão inicial de **R\$ 1.899.211,95**. A despesa apresentou dotação atualizada de **R\$ 4.153.519,72**, com execução de **R\$ 3.625.635,94** empenhados, **R\$ 3.596.368,91** liquidados e **R\$ 3.353.903,72** pagos, evidenciando predominância de gastos correntes, especialmente no grupo de pessoal e encargos sociais.

No âmbito financeiro, o Fundo registrou ingressos totais de **R\$ 4.636.384,90**, compostos por receita orçamentária (**R\$ 759.985,15**), transferências financeiras recebidas (**R\$ 2.144.122,97**), ingressos extraorçamentários (**R\$ 531.737,09**) e saldo do exercício anterior (**R\$ 1.200.539,69**). Quanto aos dispêndios, foram executados **R\$ 3.625.635,94** em despesas orçamentárias, **R\$ 76.120,44** em pagamentos extraorçamentários e **R\$ 17,18** em transferências concedidas, resultando em saldo financeiro final de **R\$ 934.611,34**.

Sob a ótica patrimonial, o ativo totalizou **R\$ 1.646.132,79**, sendo **R\$ 934.611,34** no ativo circulante e **R\$ 711.521,45** no ativo não circulante. O passivo circulante apresentou saldo de **R\$ 322.227,99**, não havendo registro de passivo não circulante, enquanto o patrimônio líquido atingiu **R\$ 1.323.904,80**, evidenciando evolução em relação ao exercício anterior.



A Demonstração das Variações Patrimoniais registrou variações aumentativas no montante de **R\$ 3.841.638,92** e variações diminutivas de **R\$ 3.611.876,08**, resultando em superávit patrimonial de **R\$ 229.762,84**, refletindo o comportamento das receitas e despesas ao longo do exercício.

No que se refere à dívida fluante, o saldo ao final do exercício foi de **R\$ 322.227,99**, composto por obrigações com pessoal (**R\$ 72.170,45**), fornecedores e contas a pagar (**R\$ 124.601,85**), valores restituíveis (**R\$ 79.430,68**) e outras obrigações de curto prazo (**R\$ 46.025,01**), compatíveis com a estrutura financeira do Fundo.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidenciou fluxo líquido operacional negativo de **R\$ 229.674,68**, fluxo de investimento negativo de **R\$ 36.253,67** e ausência de fluxo de financiamento, resultando em geração líquida de caixa negativa de **R\$ 265.928,35**. O saldo de caixa passou de **R\$ 1.200.539,69** no início do exercício para **R\$ 934.611,34** ao final do período.

Dessa forma, a análise dos demonstrativos contábeis evidencia que a execução do exercício de 2025 foi caracterizada pela dependência de transferências correntes para financiamento das ações, predominância de despesas correntes na estrutura de gastos, manutenção de equilíbrio entre obrigações de curto prazo e disponibilidade financeira, bem como evolução patrimonial positiva, ainda que com redução no saldo de caixa ao longo do exercício.

17. PARECER FINAL

A Prefeitura Municipal de Anadia, Estado de Alagoas, em estrita observância à legislação vigente e no cumprimento das atribuições conferidas pelos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, bem como pelos artigos 75 a 80 da Lei nº 4.320/1964 e pelo artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), apresenta este Relatório Anual de Controle Interno como parte integrante da Prestação de Contas do exercício de 2025.

Para assegurar a fidedignidade e a efetividade da avaliação técnica, esta Controladoria fundamentou-se em informações e dados reais fornecidos pelo Setor de Contabilidade do Município. O acompanhamento sistemático da execução orçamentária foi realizado mediante o confronto entre o planejado e o executado, alimentado pelos Balancetes Mensais. Tal metodologia permitiu a emissão de juízo de valor embasado em indicadores percentuais de desempenho nos âmbitos contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional.



Adicionalmente, foram aplicadas as normas de controle e avaliação de resultados dos programas governamentais, bem como verificadas as condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas, conforme as diretrizes da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei nº 4.320/1964 e da LRF.

17.1. Considerações Sobre a Gestão Orçamentária e Financeira

As ações executadas pelo Município de Anadia ao longo do exercício de 2025 concentraram-se na manutenção dos serviços públicos essenciais e na implementação de políticas públicas voltadas às necessidades da população, configurando o pleno cumprimento das metas e prioridades estabelecidas nos instrumentos de planejamento.

Dessa forma, o Controle Interno atesta que a execução orçamentária atendeu às determinações legais, atingindo as diretrizes previstas na LDO. Para a consolidação deste resultado, observaram-se os seguintes critérios técnicos:

- **Estimativa de Receita:** Adotou-se a análise da evolução média da arrecadação nos últimos dois anos, utilizando métodos estatísticos e considerando fatores conjunturais, previsões de repasses do ICMS e FPM, além de atualizações na legislação tributária e projeções de convênios;
- **Fixação de Despesas:** A definição dos tetos por unidade orçamentária decorreu da análise das demandas internas, conjugada com a série histórica dos últimos dois exercícios financeiros. Consideraram-se, ainda, as metas do Plano Plurianual (PPA) e da LDO, a implementação de programas de racionalização de gastos e a manutenção da reserva de contingência.

17.2. Conclusão

A implementação e o aprimoramento dos procedimentos de controle interno no Município de Anadia visam favorecer a aplicação eficaz dos recursos públicos, garantindo a efetividade das ações em benefício da sociedade. Esta Controladoria atuou de forma comprometida no acompanhamento da execução patrimonial, administrativa e operacional, prezando pela transparência e responsabilidade na gestão fiscal.



Diante do exposto, esta Controladoria Municipal entende que o presente Relatório atende plenamente às exigências do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e da legislação específica, demonstrando de forma clara a avaliação da gestão administrativa do Governo Municipal no exercício de 2025.

É O PARECER.

Anadia / Alagoas, 16 de abril de 2026.

ADENILSON ANTONIO DE JESUS
Controlador Interno Municipal
Portaria PMA/GP nº 018/2025, de 02 de fevereiro de 2025.